

Mão de Obra; Fonte: 01500000001 – Recursos Ordinários.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1094013

Núm. do Contrato: 064/2024-MP/PA
Dispensa de Licitação: nº 018/2024-MPPA
Processo: Gedoc nº 107500/2024.

Fundamento Legal: artigo 75, inciso III, da Lei nº. 14.133/2021.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ: 02.985.578/0001-70)
Objeto: Serviço de conexão à internet para atender as necessidades da Promotoria de Justiça de Afuá.
Valor Total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) para o período de 6 (seis) meses.
Dotação Orçamentária: PROGRAMA DE TRABALHO: 12101. 03. 091. 1494. 8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza de Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 01 500 0000 01 – Recursos Ordinários; Data da Assinatura: 04/07/2024
Data de divulgação no PNCP: 04/07/2024
Vigência: 05/07/2024 a 05/01/2025.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1094022

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Núm. do Termo aditivo: 9º.
Núm. do Contrato: 073/2013-MP/PA.
Modalidade: Dispensa as Licitação nº 032/2013-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Sra. ADÉLIA FALSONI CASSULI.
Objeto do contrato: locação de imóvel situado à Rua Antônio Henrique de Macedo, s/n, Centro, CEP: 68.680-970, Tomé Açu/PA, utilizado como sede da Promotoria de Justiça de Tomé Açu/PA.
Objeto deste termo aditivo: prorrogação do prazo de vigência do Contrato a partir de 16/12/2024 até 15/06/2025, nos termos do artigo 62, §3º, I, da Lei nº. 8.666/1993, e também na Lei nº. 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), conforme protocolo Gedoc nº 125923/2024.
Data de Assinatura: 04/07/2024.
Ordenador Responsável: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1093995

CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Núm. do Termo de Cooperação: 014/2024-MPPA
Processo: SIP nº 5945/2024.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o Banco Bradesco S.A., CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12.
Objeto: realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referentes a empréstimos e financiamentos concedidos pelo BANCO BRADESCO aos membros e servidores do MINISTÉRIO PÚBLICO.
Data da Assinatura: 04/07/2024.
Vigência: 04/07/2024 a 04/07/2025.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1094372

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 4230/2024-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ, R E S O L V E: CONCEDER a ANDRÉ DA SILVA CARDOSO, TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Matrícula nº 999.1839, lotado na Promotoria de Justiça de Tucuruí, a importância de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/7 até 25/7/2024, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R\$ 1.500,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/7/2024.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 04 de julho de 2024.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO
PORTARIA Nº 4231/2024-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ, R E S O L V E: CONCEDER a MARCOS VINICIUS GUERRA FERREIRA, TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Matrícula nº 999.962, lotado na Promotoria de Justiça de Breves, a importância de R\$ 4.000,00

(quatro mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 27/6 até 26/8/2024, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 - Material de Consumo - R\$ 2.000,00
3390-39 - O.S. Terceiros - P. Jurídica - R\$ 2.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subseqüentes, após o término do período de aplicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 04 de julho de 2024.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo: 1094635

OUTRAS MATÉRIAS

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. LUZIANA BARATA DANTAS, torna pública a PORTARIA n.º 0018/2024-MP/2PJDIAT, que instaurou Procedimento Administrativo n.º 09.2024.00002654-7, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual de Belém-PA.
PORTARIA de Instauração n.º 018/2024
Data da Instauração: 03/07/2024
Objeto: apurar possível situação de risco e/ou de vulnerabilidade social vivenciada por T. M. B. P, pessoa com deficiência e idosa de 66 (sessenta e seis) anos de idade conforme os documentos anexos.
Promotora de Justiça: Dra. LUZIANA BARATA DANTAS

Protocolo: 1094370

Extrato de Publicação da PORTARIA n.º 181/2024-MP/1ª PJDIAT/BELÉM-PA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, torna pública a PORTARIA n.º 181/2024-MP/1ª-PJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002673-6, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.
PORTARIA de Instauração n.º 181/2024.
Data da Instauração: 03/07/2024.
Objeto: Apurar e fomentar a realização de exames de RNM DE CRÂNIO, RNM DE OMBRO DIREITO, bem como, FISIOTERAPIA MOTORA, conforme prescrições médicas, em favor da Sra. M. M. N. D. C., pessoa idosa com 71 anos de idade, usuária do SUS, munícipe de Belém.

Protocolo: 1094368

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. LUZIANA BARATA DANTAS, torna pública a PORTARIA n.º 0017/2024-MP/2PJDIAT, que instaurou Procedimento Administrativo n.º 09.2024.00002605-8, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual de Belém-PA.
PORTARIA de Instauração n.º 017/2024
Data da Instauração: 27/06/2024
Objeto: garantir o adequado atendimento à saúde da Sra. O. S. D. N, pessoa idosa, com o devido fornecimento dos insumos necessários aos tratamentos médico e domiciliar prescritos, conforme documentos anexos; Promotora de Justiça: Dra. LUZIANA BARATA DANTAS

Protocolo: 1094363

Extrato da PORTARIA Nº 016/2024-MP/PJTS
O Promotor de Justiça Titular de Terra Santa, no uso de suas funções constitucionais previstas no artigo 26, I, e artigo 27, I e II, da Lei 8.625/1993, artigo 19, §1º, da Resolução 007/2019-CPJ, e ainda, no artigo 54, I, e artigo 55, I, ambos da Lei Complementar 057/2006 e no artigo 8º, I, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a expedição da PORTARIA nº 16/2024-MP/PJTS, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Terra Santa, situada na TV. Santa Terezinha, esquina com a Rua Cândido Machado – Centro – CEP: 68.285-000 Terra Santa – Fone/ Fax: (93)3538-1554.
PORTARIA nº 16/2024-MP/PJTS
Assunto: Aditar a PORTARIA nº 20/2022-MP/PJTS no sentido de retificar a natureza do Procedimento Administrativo nº 000375-043/2022 para Inquérito Civil.
GUILHERME LIMA CARVALHO - Promotor de Justiça

Protocolo: 1094360

INQUÉRITO CIVIL PORTARIA Nº 24/2024-MP/5ªPJM
O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, habitação, urbanismo, consumidor e outros, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça RESOLVE: Instaurar INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no art. 17, da Resolução 007/2019-CPJ, em face do ESTADO DO PARÁ E DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE com objetivo de